



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR**

Pedido de Providências nº 8501493-92.2020.8.06.0026

Assunto: Recambiamento de preso detido em outro ente da federação com mandado de prisão do Estado do Ceará - Provimento nº 14/2019/CGJCE, art. 5º a 9º.

Autor: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte/CE

Requerido(a): Delegacia de Capturas e Polinter (DECAP)

DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR nº 200 /2020/CGJCE

Diogo Altorbelli Silva e Freitas, Juiz da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte/CE, pede a intervenção desta Corregedoria para efetivação do recambiamento do réu Vicente Jeremias Lima Malveira, filho de Josamar Malveira de Lima e Maria José de Oliveira Lima da Cruz, recolhido no Centro de Detenção Provisória de Santo André – CDP de Santo André, para o sistema prisional sob jurisdição da Comarca de Fortaleza/CE.

O procedimento previsto nos artigos 5º a 9º do Provimento nº 14/2019/CGJCE foi observado, mas a DECAP não se manifestou. Diante disso, distribuiu-se o processo ao Juiz Auxiliar César Morel Alcântara, retornando com parecer (fls.19/21) e documentos (fls.22/24):

(...)

Cotejando os autos em epígrafe, verifica-se o descompasso apresentado pelo Magistrado à frente da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte, qual seja, ausência de recambiamento do acusado por parte da DELEGACIA DE CAPTURAS E POLINTER DO ESTADO DO CEARÁ.

Em verdade, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia pelo Corona Virus (COVID-19), no dia 11 de março de 2020, sendo instituído por este motivo, de força excepcional, o regime de teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário Cearense (Portaria nº 497/2020), ante a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservação da saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados em geral.

Desse modo, mister esclarecer que não só neste Tribunal Alencarino foram adotadas diversas medidas, como também em diversos ÓRGÃOS do Estado do Ceará e de outros Estados, tudo com o objetivo de BARRAR maiores contaminações e vítimas da população Brasileira.

Ainda, prejuízos econômicos assolaram e assolam o País, inclusive o Estado do Ceará, motivo pelo qual o atual governo adotou diversas medidas também POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, como exemplo o caso em comento, IMPOSSIBILIDADE DE RECAMBIAMENTO DE PRESOS.

Em contato com a DELEGACIA DE CAPTURAS, fora remetido a este gabinete a RESOLUÇÃO COGERF Nº 007/2020 (anexo), a qual institui Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, e dá outras providências.

Lamentavelmente, em que pese o ótimo trabalho desempenhado pela DECAP, sobretudo nos últimos meses, com expressivo esforço na seara de RECAMBIAMENTO DE PRESOS, realizando o transporte dos presos de responsabilidade deste Estado de maneira efetiva, tudo consoante o Provimento nº 14/2019, **no momento, RESTA IMPOSSÍVEL O RECAMBIAMENTO DE ACUSADOS na atual situação de CALAMIDADE PÚBLICA que estamos vivenciando.**

Desse modo, por entender que tal situação infelizmente perdurará, não vislumbro outro ato a ser praticado por este Órgão Correicional, senão a elaboração de OFÍCIO CIRCULAR, esclarecendo aos magistrados a IMPOSSIBILIDADE momentânea de RECAMBIAMENTO DE PRESOS, tendo em vista o PLANO DE CONTINGENCIAMENTO, BEM ASSIM A NECESSIDADE DE EVITAR A PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19.

Nessa toada, interessante recomendar aos magistrados, no mesmo ofício circular, a utilização da ferramenta da videoconferência, evitando, assim, morosidade na instrução das ações penais e eventuais prescrições das ações de mesma natureza.

Por derradeiro, penso necessário ainda informar aos magistrados que sigam pleiteando à DECAP os recambiamentos necessários, tendo em vista que o ato será realizado tão logo a situação seja normalizada e seja devidamente autorizado pelo Departamento de Planejamento e Gestão Interna da Polícia Civil.

Outrossim, propõe-se que Vossa Excelência determine expedição de ofício à Delegacia de Capturas reconhecendo a atual situação vivenciada e solicitando que, imediatamente após a regularização do atual cenário, efetue os recambiamentos pleiteados pelos Magistrados deste Tribunal Alencarino, informando de pronto esta Casa Censora.

Adota-se a manifestação transcrita como fundamentação referencial, o que “reveste-se de plena legitimidade jurídico-constitucional”, “compatível com o que dispõe o art. 93, inciso IX, da Constituição da República” (STF. AgReg no RE 790.913 DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 10/03/2015), decidindo o seguinte:

1) Dar ciência a todos os juízes de direito do Estado do Ceará e Corregedorias-Gerais de justiça estaduais, em razão da RESOLUÇÃO COGERF nº 007/2020, que Institui Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, e dá outras providências, bem como para evitar a propagação do COVID-19, da IMPOSSIBILIDADE momentânea de RECAMBIAMENTO DE PRESOS, recomendando-se a utilização da ferramenta videoconferência, no que couber, para evitar prescrição e morosidade nas ações penais;

2) Dar ciência aos juízes de direito do Estado do Ceará e Corregedorias-Gerais de justiça estaduais de que devem pleitear à DECAP os recambiamentos necessários, tendo em vista que serão realizados logo que normalizada a situação e autorizado pelo Departamento de Planejamento e Gestão Interna da Polícia Civil; e

3) Oficar a Delegacia de Capturas e Polinter (DECAP), anexando cópia da presente decisão, reconhecendo a situação vivenciada e solicitando que, imediatamente após a regularização do atual cenário, sejam realizados os recambiamentos pleiteados pelos juízes de direito do TJCE, com a devida comunicação à Corregedoria-Geral de Justiça do Ceará.

Cópia desta decisão servirá como Ofício Circular, anexando-se o parecer adotado como fundamentação referencial e a RESOLUÇÃO COGERF nº 007/2020, que Institui Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, e dá outras providências.

Comunique-se aos interessados.

A presente decisão servirá como Ofício Circular.

À Gerência Administrativa para dar ampla publicidade e adotar as providências de estilo em caráter de urgência.

Fortaleza, 12 de maio de 2020.

DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS
Corregedor-Geral da Justiça

TEODORO SILVA
SANTOS:10184937
353

Assinado de forma digital por
TEODORO SILVA
SANTOS:10184937353
Dados: 2020.05.12 00:23:20
-03'00'



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Pedido de Providências nº 8501493-92.2020.8.06.0026

Assunto: Recambiamento de preso detido em outro ente da federação com mandado de prisão do Estado do Ceará – Provimento nº 14/2019/CGJCE, art. 5º a 9º

Autor: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte/CE

P A R E C E R

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

Diogo Altorbelli Silva e Freitas, Juiz da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte/CE, pede a intervenção desta Corregedoria para efetivação do recambiamento do réu Jeremias Lima Malveira, filho de Josamar Malveira de Lima e Maria José de Oliveira Lima da Cruz, recolhido no Centro de Detenção Provisória de Santo André – CDP de Santo André, para o sistema prisional sob jurisdição da Comarca de Fortaleza/CE.

O Magistrado alega que, não obstante o correto cumprimento ao procedimento previsto no Provimento 14/2019, a Delegacia de Capturas e Polínter não efetivou o referido recambiamento.

Vieram-me os autos em 05 de maio de 2020.

É o sucinto relato. Passo a opinar.

Cotejando os autos em epígrafe, verifica-se o descompasso apresentado pelo Magistrado à frente da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte, qual seja, ausência de recambiamento do acusado por parte da DELEGACIA DE CAPTURAS E POLINTER DO ESTADO DO CEARÁ.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Em verdade, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia pelo Corona Vírus (COVID-19), no dia 11 de março de 2020, sendo instituído por este motivo, de força excepcional, o regime de teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário Cearense (Portaria nº 497/2020), ante a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservação da saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados em geral.

Desse modo, mister esclarecer que não só neste Tribunal Alencarino foram adotadas diversas medidas, como também em diversos ÓRGÃOS do Estado do Ceará e de outros Estados, tudo com o objetivo de BARRAR maiores contaminações e vítimas da população Brasileira.

Ainda, prejuízos econômicos assolaram e assolam o País, inclusive o Estado do Ceará, motivo pelo qual o atual governo adotou diversas medidas também POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, como exemplo o caso em comento, IMPOSSIBILIDADE DE RECAMBIAMENTO DE PRESOS.

Em contato com a DELEGACIA DE CAPTURAS, fora remetido a este gabinete a **RESOLUÇÃO COGERF Nº 007/2020 (anexo)**, a qual institui Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, e dá outras providências.

Lamentavelmente, em que pese o ótimo trabalho desempenhado pela DECAP, sobretudo nos últimos meses, com expressivo esforço na seara de RECAMBIAMENTO DE PRESOS, realizando o transporte dos presos de responsabilidade deste Estado de maneira efetiva, tudo consoante o Provimento nº 14/2019, **no momento, RESTA IMPOSSÍVEL O RECAMBIAMENTO DE ACUSADOS na atual situação de CALAMIDADE PÚBLICA que estamos vivenciando.**

Desse modo, por entender que tal situação infelizmente perdurará, não vislumbro outro ato a ser praticado por este Órgão Correicional, senão a elaboração de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

OFÍCIO CIRCULAR, esclarecendo aos magistrados a IMPOSSIBILIDADE momentânea de RECAMBIAMENTO DE PRESOS, tendo em vista o PLANO DE CONTINGENCIAMENTO, BEM ASSIM A NECESSIDADE DE EVITAR A PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19.

Nessa toada, interessante recomendar aos magistrados, no mesmo ofício circular, a utilização da ferramenta da videoconferência, evitando, assim, morosidade na instrução das ações penais e eventuais prescrições das ações de mesma natureza.

Por derradeiro, penso necessário ainda informar aos magistrados que sigam pleiteando à DECAP os recambiamentos necessários, tendo em vista que o ato será realizado tão logo a situação seja normalizada e seja devidamente autorizado pelo Departamento de Planejamento e Gestão Interna da Polícia Civil.

Outrossim, propõe-se que Vossa Excelência determine expedição de ofício à Delegacia de Capturas reconhecendo a atual situação vivenciada e solicitando que, imediatamente após a regularização do atual cenário, efetue os recambiamentos pleiteados pelos Magistrados deste Tribunal Alencarino, informando de pronto esta Casa Censora.

À consideração superior.

Fortaleza/CE, 05 de maio de 2020.

**CÉSAR MOREL ALCÂNTARA
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

RESOLUÇÃO COGERF Nº 007/2020

Institui Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, e dá outras providências.

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO INTEGRANTES DO COMITÊ DE GESTÃO POR RESULTADOS E DE GESTÃO FISCAL - COGERF, instituído pelo Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, no uso de suas atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 2º. do mencionado Decreto, em especial o disposto no inciso IV e VI; e

CONSIDERANDO a atual situação da Pandemia Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS no dia 11 de março de 2020, dada a transmissão comunitária e sustentada em vários países do mundo;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República, encaminhada através da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a decretação do “Estado de Emergência em Saúde Pública” no Estado do Ceará conforme Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO o impacto imediato e significativo no caixa do Estado decorrente da redução abrupta da atividade econômica e, por consequência, da redução na arrecadação de tributos,

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir **PLANO DE CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS**, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de promover ações que reduzam o impacto da pandemia nas finanças do Estado.

Art. 2º Os órgãos e as entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, compreendendo os órgãos da administração direta, os fundos, as fundações, as autarquias, bem como as empresas públicas e as sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, nos termos da legislação pertinente, deverão observar, dentre outras medidas:

I - fica vedada a celebração, a partir de 3 de abril de 2020, de novos contratos onerosos para o Estado, excetuados aqueles relacionadas ao enfrentamento da emergência em saúde

pública, decorrente do novo Coronavírus, os quais deverão ser previamente submetidos à análise do COGERF;

II - o limite de gastos com aquisições de materiais de consumo deve corresponder, no máximo, a 50% (cinquenta por cento) do valor das liquidações realizadas no mesmo mês do exercício de 2019, excetuadas as Secretarias de Saúde e de, no máximo 70% (setenta por cento) para as Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social e de Administração Penitenciária;

III - racionalização de 50% (cinquenta por cento) na concessão dos materiais de almoxarifado, para todas as Secretarias, excetuada a Secretaria de Saúde, e de 70% (trinta por cento) nas Secretarias da Fazenda, da Segurança Pública e Defesa Social e Administração Penitenciária;

IV - racionalização de despesas com energia elétrica, gás, serviço postal, água e comunicação em 40% (quarenta por cento) nos órgãos da SEFAZ e SSPDS, devendo a redução, nos demais órgãos, excetuadas as Secretaria de Saúde e a Secretaria de Administração Penitenciária, corresponder a 60% (sessenta por cento) do valor das liquidações realizadas no mesmo mês do exercício de 2019;

V- revisão dos contratos firmados, inclusive daqueles relacionados a prestação de serviços essenciais, com vistas à redução no percentual de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos valores liquidados no mesmo mês do exercício de 2019, observado, quanto aos contratos de terceirização, o disposto no art. 4º;

VI - o limite de gastos com locação de veículos, consumo de combustível, peças e serviços para reparo de veículos automotores e gerenciamento da frota em geral deverá corresponder, no máximo, a 50% (cinquenta por cento) dos valores executados no mesmo mês de referência no exercício de 2019;

VII - fica vedada qualquer contratação de servidores públicos, terceirizados ou o aumento do quantitativo de estagiários, tomado o quantitativo existente em cada órgão à data de 16 de março de 2020, excetuada a Secretaria de Saúde;

VIII - fica suspensa a aquisição de passagens aéreas, excetuadas aquelas deliberadas especificamente pela Casa Civil;

IX - fica suspensa a concessão de diárias e de ajudas de custo, excetuadas aquelas decorrentes dos serviços essenciais que estão funcionando presencialmente, e mediante deliberação do COGERF quanto à previsão de gastos mensal;

X - fica suspenso o início de novas obras, reformas e novos projetos que representem aumento de despesa, ressalvados aqueles aprovados pelo COGERF;

XI – fica vedada a concessão de férias para quaisquer servidores que representem impacto financeiro ao Estado, podendo o gozo deste período se dar para aqueles que já tiveram efetivados os efeitos financeiros;

XII – os contratos de gestão celebrados pelo Estado, excetuados aqueles firmados pela Secretaria de Saúde, deverão ter seus impactos financeiros reduzidos em pelo menos 20% (vinte por cento);

XIII – fica vedado o pagamento de horas extras a servidores e terceirizados, excetuada a Secretaria de Saúde, e limitado, no caso da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por mês, a partir de abril de 2020;

XIV – ficam vedadas, a partir do mês de abril de 2020, despesas com cursos, capacitações, treinamentos, coffee breaks, participação em eventos e seminários, e demais

gastos similares, que tenham como fonte de financiamento recursos que dependam do Tesouro Estadual.

§1º Não se inclui na vedação de que trata o inciso I deste artigo a celebração ou renovação com objeto previamente existente, desde que mantido o mesmo valor do contrato anterior, devidamente reduzido conforme disposto no inciso V deste artigo.

§2º As Secretarias terão até o dia 10 do mês subsequente para encaminhar relatório à Controladoria Geral do Estado (CGE) de adequação aos limites dispostos nesta resolução.

§3º As restrições previstas neste artigo aplicam-se integralmente, ainda que o órgão ou entidade se utilize, total ou parcialmente, de recursos próprios em sua execução.

Art. 3º O COGERF, excepcionalmente e mediante pedido fundamentado da Secretaria, poderá aprovar regras diferenciadas daquelas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 4º A SEPLAG e a PGE deverão promover tratativas junto às empresas de mão-de-obra terceirizada, com vistas a pactuar a situação da reposição da inflação e dos dissídios, bem como as possibilidades de aplicação da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, sem que haja demissão de terceirizados, mas com redução no montante dos contratos firmados.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos contratos firmados no âmbito da Secretaria de Saúde.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e terá sua vigência enquanto perdurar o “Estado de Emergência em Saúde” de que trata o Decreto nº 33.519, de 2020.

Sala de Reuniões do **COGERF**, em Fortaleza, em 1º de abril de 2020.

José Flávio Jucá
COORDENADOR DO COGERF

Fernanda Pacobahyba
MEMBRO

Élcio Batista
MEMBRO

Juvêncio Vasconcelos Viana
MEMBRO

Aloísio Carvalho
MEMBRO